



Diário da Assembleia

LEI N. 8.100, DE 8 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre o reajustamento de vencimentos de cargos do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas

CYRO ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista a rejeição, em parte, do veto parcial após o veto do Governador do Estado ao Projeto de Lei n. 2023, de 1963, de que resultou a Lei n. 8.034, de 11 de dezembro de 1963, promulgada, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Os cargos da carreira de Oficial Instrutivo, da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas, reorganizado pela Lei n. 6864, de 13 de agosto de 1962, ficam com os vencimentos elevados das referências 34, 36, 38, 39 e 41, respectivamente, para as referências 43, 44, 45, 46 e 47.

Artigo 2.º — Os cargos da carreira de Taquígrafo, da mesma Tabela do mesmo Quadro, ficam com os vencimentos elevados das referências 44, 46 e 48, respectivamente, para as referências 49, 51 e 53.

Artigo 3.º — O cargo isolado de Redator, da Tabela II, da Parte Permanente, do mesmo Quadro, fica com os vencimentos fixados na referência 53.

Artigo 4.º — Os cargos isolados de Técnico de Documentação, da mesma Tabela do mesmo Quadro, ficam com os vencimentos elevados das referências 39 e 41, respectivamente, para as referências 46 e 47.

Artigo 5.º — Os cargos de Bibliotecário, Almoxarife, Arquivista e Encarregado de Portaria, todos da mesma Tabela do mesmo Quadro, ficam com os vencimentos fixados na referência 47.

Artigo 6.º — O cargo de Secretário — Diretor Geral, da Tabela e Quadro citados, passa a ter os mesmos vencimentos atribuídos ao cargo de Secretário do Tribunal de Justiça.

Artigo 7.º — O disposto nos artigos 15, 17 e 18 da Lei n. 7831, de 15 de fevereiro de 1963, aplica-se aos ocupantes dos cargos de Assistente Técnico, da Tabela II, da Parte Permanente, do mesmo Quadro.

Artigo 8.º — Os vencimentos do cargo de Tesoureiro, da Tabela II, da Parte Permanente, do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas, ficam fixados na referência 66.

Artigo 9.º — O disposto nesta lei aplica-se aos extranumerários do Tribunal de Contas, estendendo-se, outrossim, nas mesmas bases e condições, aos inativos.

Artigo 10.º — Os títulos dos servidores abrangidos pela presente lei serão apostilados pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Artigo 11.º — Para atender à despesa decorrente da execução desta lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar às verbas próprias do orçamento consignadas ao Tribunal de Contas, no valor de Cr\$ 15.650.863,00 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e três cruzeiros).

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente, atribuída ao Tribunal de Contas do Estado:

VERBA N. 5
Pessoal

8.07.0 — Pessoal Fixo
01 — Vencimentos e remunerações
011 — Vencimentos de cargos 15.650.863,00

Artigo 12.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (mantido o veto).

Artigo 13.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de abril de 1964.

a) Cyro Albuquerque, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de abril de 1964.
a) Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto

RESOLUÇÃO N. 511, DE 8 DE ABRIL DE 1964

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo faz publicar a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo resolve:

Artigo único — É aprovada a nomeação do Doutor José Diogo Bastos para exercer as funções de membro do Tribunal de Contas.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de abril de 1964.

(a) Cyro Albuquerque, Presidente
(a) Osvaldo Santos Ferreira, 1.º secretário
(a) Osvaldo Rodrigues Martins, 2.º Secretário

ORDEM DO DIA

PARA A 29.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE ABRIL DE 1964

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação do Requerimento n. 63, de 1964, apresentado pelo deputado Nagib Chaib, de congratulações pelo transcurso do aniversário de fundação de Conchal.

ORDEM DO DIA

PARA A 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE ABRIL DE 1964

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 208, de 1956 (Autógrafo n. 8.908), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Panganiello, criando Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Araçatuba. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

2 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 21, de 1957 (Autógrafo n. 8.913), vetado totalmente, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, elevando o valor da pensão mensal ao Sr. Paschoal Luchesi. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

3 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 949, de 1959 (Autógrafo n. 8.914), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Maria Neves, modificando dispositivos da Lei n. 2.829, de 1-12-54. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

4 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.320, de 1960 (Autógrafo n. 8.915), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jacob Pedro Carolo, criando ginásio no bairro da Aparecida, em Jaboicabal. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

5 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 163, de 1961 (Autógrafo n. 8.883), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, concedendo pensão mensal a D. Maria Falcão Gomes. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10-4-64).

6 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 970, de 1961 (Autógrafo n. 8.916), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roberto Cardoso Alves, dando nova redação ao artigo 7.º da Lei n. 2.492, de 30-12-54. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

7 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.271, de 1961 (Autógrafo n. 8.899), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nagib Chaib, criando subposto de assistência médico-sanitária no bairro Nova Louza, em Mogi Guaçu. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10-4-64).

8 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.387, de 1961 (Autógrafo n. 8.917), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pinheiro Júnior, criando ginásio na Vila Mangalot, na Capital. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

9 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.040, de 1962 (Autógrafo n. 8.876), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre cessão, em comodato, à Prefeitura de Cruzeiro, de imóvel situado naquele Município. Incluído na Ordem do dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

10 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.193, de 1962 (Autógrafo n. 8.885), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, à Prefeitura de Avaré, de imóveis situados naquela cidade. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

11 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.386, de 1962 (Autógrafo n. 8.866), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Semi Jorge Resegue, dando a denominação de "Manoel Roque" ao Grupo Escolar do distrito de Vale Formoso, de Novo Horizonte. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

12 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 40, de 1963 (Autógrafo n. 8.923), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Carlos Kherlakian, oficializando a Festa da Uva, de Ferraz de Vasconcelos. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

13 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 149, de 1963 (Autógrafo n. 8.888), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Lúcio Casanova Neto, dando a denominação de "Professora Maria José Rios" ao 2.º Gru-

po Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

14 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 404, de 1963 (Autógrafo n. 8.925), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Israel Dias Noyes, declarando de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Astronáutica e Ciências Espaciais (IBACE), da Capital. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

15 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 445, de 1963 (Autógrafo n. 8.878), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ruy de Almeida Barbosa, dando a denominação de "Dr. Elias Massud" ao Colégio de Monte Mór. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

16 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 937, de 1963 (Autógrafo n. 8.927), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Raul Schwinden, criando lares-escolas nos bairros da Capital de densa população e baixo nível de vida e nas cidades do Interior com as mesmas características. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o art. 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

17 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.277, de 1963 (Autógrafo n. 8.893), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Israel Dias Noyes, retificando item de lei de auxílios. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

18 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.548, de 1963 (Autógrafo n. 8.930), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luciano Nogueira Filho, dando a denominação de "Augusto Cervigni" ao Grupo Escolar do distrito de São Martinho D'Oeste, em Alto Alegre. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o art. 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

19 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.720, de 1963 (Autógrafo n. 8.932), vetado parcialmente, apresentado pela Comissão de Justiça em seu Parecer n. 1.320/63, elevando os vencimentos dos cargos de Oficial de Gabinete e de Escriturário Técnico em Contabilidade, do Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o art. 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

20 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.768, de 1963 (Autógrafo n. 8.911), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paulo Planet Buarque, elevando o valor do auxílio concedido à "Gazeta Esportiva", destinado à promoção da "Corrida São Silvestre". Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12/4/64).

21 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 1.926, de 1963 (Autógrafo n. 8.896), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, retificando item de lei de auxílios. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o art. 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

22 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 2.056, de 1963 (Autógrafo n. 8.869), vetado parcialmente, apresentado pela Comissão de Justiça em seu Parecer n. 1.739/63, alterando a redação de dispositivos da Lei n. 2.554, de 14/1/54, modificada pela Lei n. 4.580, de 3/1/58, e do Decreto-lei n. 14.234, de 16/10/1944. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o art. 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 10/4/64).

23 — Discussão e votação do Projeto de lei n. 2.307, de 1963 (Autógrafo n. 8.905), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre concessão de gratificação a componentes da Força Pública e da Guarda Civil, não abrangidos pelo artigo 13 da Lei n. 7.717, de 22/1/63. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 12-4-64).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão única e votação do Projeto de Lei n.º 744, de 1962, apresentado pelo deputado Onofre Gossien, dando a denominação de "Prof. José dos Reis Miranda Filho" ao Grupo Escolar de Vila Aparecida, em Franca. Pareceres ns. 3444, de 1962 e 954, de 1963, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação favoráveis. Em anexo o PL. 32-63.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n.º 173, de 1963 apresentado pelo deputado Modesto Guglielmi, dando a denominação de "João Augusto Assumpção" ao Grupo Escolar de Vila Santo Antonio da Capital. Pareceres ns. 1735 e 367, de 1963, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

3 — Discussão única e votação do Projeto de lei n.º 1915 de 1963, apresentado pelo deputado Luciano Nogueira Filho, dando a denominação de "Paschoal Flaminio" ao Grupo Escolar de Urubitinga. Pareceres ns. 2809 e 4150 de 1963, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação favoráveis.

4 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1295 de 1962 apresentado pelo deputado Nagib Chaib dispondo sobre criação de Subposto de Assistência Médico

Sanitária no distrito de Estiva município de Mogi Guaçu. Parecer n.º 541 de 1963 do relator especial, favorável. Parecer n.º 1488 de 1963 da Comissão de Finanças, favorável com emenda.

5 — 1.ª discussão e votação do Projeto de Lei n.º 138 de 1963 apresentado pelo deputado Lúcio Casanova Neto, criando serviço obstétrico domiciliar nos municípios de Assis, Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos e outros. Parecer n.º 2512 de 1963 de relator especial favorável. Em anexo os Projetos de lei ns. 2548, 2642 e 2698 de 1963.

6 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 388 de 1963 apresentado pelo deputado Avallone Junior criando escola normal em Vera Cruz. Parecer n.º 3425 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

7 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 653 de 1963 apresentado pelo deputado Manoel Joaquim Fernandes, criando Ginásio em Ouro Verde. Parecer n.º 1726 de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

8 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 966 de 1963 apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, constituindo em estância climática o município de Bragança Paulista. Parecer n.º 2042 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

9 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1011 de 1963 apresentado pelo deputado Ollivo Hourneaux de Moura, criando Colegio Comercial em São Vicente. Parecer n.º 2639 de 1963 da Comissão de Justiça favorável.

10 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1087 de 1963 apresentado pelo deputado Nelson Pereira criando Ginásio obstétrico domiciliar em Brotas. Em anexo o P. L. 1.273/63. Parecer n.º 2.473 de 1963 da Comissão de Justiça favorável.

11 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188 de 1963 apresentado pelo deputado Odilo Siqueira criando Ginásio na Vila Industrial em Presidente Prudente com a denominação de "Monsenhor Sarrión". Parecer n.º 2.686 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

12 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1437 de 1963, apresentado pelo deputado Nadir Kepan, criando Departamentos Regionais de Imigração e Colonização do Estado nos municípios de Araçatuba, Barretos, São José do Rio Preto, Bauru, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba. Parecer n.º 2237 da Comissão de Justiça, favorável.

13 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1.497, de 1963, apresentado pelo deputado Mário Telles, criando Escola de Administração de Empresas no subdistrito do Ipiranga nesta Capital. Parecer n.º 2.741, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

14 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1.806 de 1963, apresentado pelo deputado Murillo Sousa Reis, criando a Cidade Residencial da Guarda Civil em São Paulo. Parecer n.º 2.493, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

15 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1.945, de 1963, apresentado pelo deputado Leonidas Ferreira, criando Escola Normal em Itaporanga. Parecer n.º 3.082, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

16 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 2.003 de 1963, apresentado pelo deputado Muzetti Elias Antonio, criando a Universidade de Ribeirão Preto. Parecer n.º 3.982, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

17 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 2.504 de 1963, apresentado pelo deputado Maurício Leite de Moraes, criando o Museu Histórico Cesário Mota Júnior, em Capivari. Parecer n.º 3.374, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

18 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 2.670, de 1963, apresentado pelo deputado Omair Zomignani, criando faculdade de ciências econômicas em Jundiá. Parecer n.º 4.063, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

ORDEM DO DIA

PARA A 32.ª SESSÃO ORDINÁRIA AOS 10 DE ABRIL DE 1964

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão única e votação do Projeto de lei n.º 1.078, de 1963, apresentado pelo deputado Osvaldo Martins, dando a denominação de "Otaviano Soares de Albuquerque" ao Ginásio de Pedro de Toledo. Pareceres ns. 2701 e 3960, de 1963, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

2 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 456, de 1960, apresentado pelo deputado Pinheiro Junior, criando Faculdade de Farmácia e Odontologia em Jundiá. Parecer n.º 1.288, de 1960, da Comissão de Justiça, favorável.

3 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 141, de 1963, apresentado pelo deputado Paulo de Castro Prado, acrescentando de 15 o tempo de serviço de professor